

Segurança alimentar e nutrição infantil: reflexões do 2º Congresso Nacional de Medicina Tropical, Lisboa 2013

Food security and child nutrition: reflexions from the 2nd National Congress on Tropical Medicine, Lisbon, 2013

Sónia Centeno Lima

Unidade de Clínica Tropical,
Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade Nova de Lisboa

Luís Pereira-da-Silva

Pediatria Médica, Hospital de Dona Estefânia,
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, Lisboa

Manuel Correia

Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

Resumo

A Mesa Redonda “Segurança Alimentar e Nutrição Infantil” que decorreu no âmbito do 2º Congresso de Medicina Tropical, realizado em Abril de 2013, visou agregar contribuições de diversos atores com vista a uma reflexão conjunta sobre os determinantes, intervenções e políticas nacionais e internacionais de combate à insegurança alimentar, em especial à malnutrição infantil. Foram abordadas as questões relacionadas com a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP, na sua vertente histórica e política, a situação nutricional em Angola como exemplo de um País pleno de desafios, a operacionalização de um movimento internacional de combate à subnutrição, “Scaling Up Nutrition” em Moçambique, bem como as questões da cooperação internacional e segurança alimentar e nutricional. Os temas foram apresentados por colegas de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal. Emerge como principal mensagem a natureza multifacetada e a complexidade das questões relacionadas com a segurança alimentar, a sua abordagem multidisciplinar e como a cooperação internacional, concertada com as políticas públicas e Estados comprometidos com as questões do Direito Humano à Alimentação Adequada podem fazer toda a diferença.

Palavras Chave:

Segurança Alimentar e Nutricional, malnutrição, CPLP.

Abstract

The Session “Food Security and Child Nutrition” held in the 2nd Congress of Tropical Medicine, in April 2013, aimed at aggregating contributions from various stakeholders to a joint reflection on the determinants, interventions and national and international policies to combat food insecurity, particularly concerning child malnutrition. The issues related to Food and Nutrition Security in the CPLP in its historical and political aspect, the nutritional situation in Angola as an example of a country full of challenges, the example of an international movement to combat malnutrition, “Scaling Up Nutrition” in Mozambique, as well as issues of international cooperation and food and nutrition security. The topics were presented by colleagues from Angola, Brazil, Mozambique and Portugal. The main message of this reflection is the multifaceted nature and complexity of issues related to food security, its multidisciplinary approach and how international cooperation, concerted public policies and states committed to the issues of the Human Right to Adequate Food can make all the difference.

Key Words:

Food and Nutrition Security, malnutrition, CPLP.

1. Enquadramento histórico e político – A CPLP e a estratégia de segurança alimentar e nutricional [1]

Tendo como pano de fundo a definição de uma estratégia para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Francisco Sarmento a propósito da sua comunicação “Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP” [1], recorreu à história comum dos países daquela comunidade para defender as bases para uma formulação conjunta de tal estratégia. A evolução divergente que cada país assumiu no seu percurso histórico implicará que as especificidades de cada um, deverão ser tidas em conta aquando da sua implementação.

No que à história diz respeito, o papel que o Brasil assume nos séculos XVII, XVIII e XIX em países como Angola e S. Tomé é devidamente realçada.

Com base em que o espaço CPLP terá cerca de 30 milhões de

desnutridos, sendo a maioria trabalhadores rurais, agricultores e, entre eles, mulheres, crianças e jovens e que o tipo de agricultura praticado ainda assenta maioritariamente na agricultura familiar, a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) deverá ter isso naturalmente em consideração.

A estratégia tem como objectivo global o reforço e a coordenação entre os estados Membros e a governança das políticas e programas sectoriais com impacto ao nível da segurança alimentar e nutricional, visando erradicar a fome e a pobreza nos Estados membros da comunidade.

A ESAN é então formulada com base em três eixos: 1 – Fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional; 2 – Promoção do acesso à alimentação e melhoria dos modos de vida dos grupos vulneráveis e 3 – Aumento da disponibilidade de alimentos com base nos pequenos produtores que são, de longe, os mais representativos naquele espaço.

Embora numa fase em que os países depositam uma significativa esperança na implementação da estratégia, Francisco Sarmento chama a devida atenção para os desafios que se colocam para uma implementação plena da estratégia em cada um dos países como, entre outras, das capacidades técnicas e financeiras limitadas em vários dos países da CPLP, da vinculação hierárquica dos mecanismos de governança na maioria dos países, da limitação no alcance das medidas previstas para fortalecer a produção familiar e ausência de dados relativos à produção familiar e a debilidade de algumas redes ou grupos de trabalho da sociedade civil a nível nacional.

2. Países da CPLP: A situação nutricional de Angola, desafios e perspectivas [2]

O diagnóstico da situação nutricional apresentado por Maria Futi Tati [2] revela que a malnutrição continua a ser problema significativo em Angola, sendo especialmente afectadas as crianças menores de cinco anos, havendo, por exemplo, 29% destas com desnutrição crónica. A taxa de aleitamento materno exclusivo é reduzida, ao que acresce uma alimentação complementar inadequada a partir dos seis meses. A malnutrição por carência de micronutrientes foi outro dos aspectos contemplados, sendo que o consumo de sal iodado é de apenas 44% e a taxa de cobertura de suplementação com vitamina A é inferior a 60% em todas as províncias de Angola.

As perspectivas de controlo da malnutrição neste país incluem a expansão das unidades especiais de nutrição, bem como a expansão do programa de tratamento dos doentes em ambulatório e na comunidade. A formação de técnicos em Gestão Integrada da Malnutrição Aguda Severa em 9 províncias, bem como o treino para a acção comunitária de agentes em 21 municípios constitui outra vertente deste esforço de controlo da malnutrição.

Os passos tomados para a melhoria sustentada da situação nutricional englobam acções tão distintas como a iniciação de negociações sobre a fortificação de alimentos em Angola a nível central, a compra e abastecimento atempado de produtos nutricionais terapêuticos bem como de medicamentos essenciais, evitando assim as rupturas. A nível local foi efectuada expansão das cozinhas comunitárias recorrendo a produtos locais e a promoção da diversificação alimentar com a constituição de hortas comunitárias, escolares e familiares.

As estratégias operacionais apresentadas incluem, entre outras, a maior integração dos serviços de nutrição nos cuidados de saúde primários com a concomitante formação contínua de pessoal, e ainda o reforço da suplementação com vitamina A e a desparasitação. Acrescem ainda a promoção da diversificação alimentar com produtos locais, o reforço da promoção do zinco no tratamento das diarreias, a fortificação e enriquecimentos dos alimentos e a mobilização de parcerias estratégicas, que entre outras, conformam as estratégias seguidas.

Havendo ainda um longo caminho a percorrer, com indicadores nutricionais preocupantes, foi patente a multiplicidade de acções

e o empenho na melhoria da situação nutricional em Angola.

3. O envolvimento da comunidade internacional face à desnutrição: “Scaling Up Nutrition” em Moçambique [3]

Edna Possolo, na sua comunicação [3], fez um enquadramento da situação revelando que os indicadores nutricionais de Moçambique mostram um cenário complexo, em que o baixo peso para a idade foi reduzido a 6% de acordo com o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 2011, atingindo assim o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 1 (ODM), mas tendo a desnutrição crónica nas crianças menores de cinco anos permanecido sem alteração, com 43% de prevalência nacional. A análise por província revela que são Nampula e Cabo Delgado, no norte do país, as quais o cenário é especialmente preocupante, havendo mais de 50% das crianças com desnutrição crónica, apresentando a província de Sofala o cenário mais grave em termos de desnutrição aguda. As deficiências em micronutrientes constituem um grave problema de saúde pública, com 62% das crianças menores de cinco anos com deficiência em Vitamina A. A vulnerabilidade crónica à segurança alimentar atinge 35% dos agregados familiares, sendo os principais factores limitantes do acesso aos alimentos e outros serviços básicos o isolamento e o baixo poder de compra assim como as infra-estruturas deficitárias. Em suma, 38% das famílias têm uma diversidade de dieta baixa. Não obstante o consumo calórico parecer adequado, as mães e crianças não têm o aporte suficiente de gorduras essenciais, proteína de alto valor biológico e de micronutrientes.

Em termos do enquadramento das acções em nutrição, estas incluíram a aprovação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional I (ESAN I) e Plano de Acção (PASANI) em 1998, a 1ª Reunião Nacional de Nutrição em 2008, e o desenvolvimento da ESAN II para o período entre 2008 e 2015, que incluiu o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada.

Em 2009, a propósito da avaliação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA 2006-2009) emanou como principal recomendação a urgência de uma abordagem a nível nacional para a redução da desnutrição crónica, e que esta fosse considerada prioritária nos planos do governo.

Moçambique torna-se, em 2011, parte dos *Early Riser Countries* para o movimento *Scaling Up Nutrition* – SUN, sendo o Presidente da República de Moçambique membro do grupo de liderança do movimento. Precedendo esta acção, é lançado em 2010 o Plano de Acção Multisectorial para a redução da desnutrição crónica em Moçambique 2011-2014 (2020), tendo como objectivo geral acelerar a redução da desnutrição crónica em menores de 5 anos de 44% em 2008 até 30% em 2015 e 20% em 2020. Destaca-se, neste plano, a multisectorialidade, o processo de descentralização, a integração da nutrição nos outros sectores, tais como a saúde, a educação e o ambiente.

Apesar de todos os progressos realizados há ainda um longo caminho a percorrer na área da Nutrição em Moçambique, que é actualmente plena de desafios.

4. A cooperação internacional e a Segurança Alimentar e Nutricional [4]

Encerrando a mesa redonda e com a intenção de destacar o papel que a cooperação internacional pode desempenhar na Segurança Alimentar e Nutricional, Luiz Eduardo Fonseca [4] enquadra o tema, destacando que a cooperação internacional, tal como a conhecemos hoje, terá nascido logo após a 2ª guerra mundial quer no seguimento da devastação que a Europa foi submetida quer pela organização mundial que se seguiu. O Plano Marshall, que levou à recuperação da Europa, é apontado como o exemplo do primeiro grande projecto de cooperação. Aparecem então a cooperação multilateral (Nações Unidas e as suas variadas agências, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e a bilateral, assumida pelos países doadores (mais ricos) através de vários mecanismos nomeadamente através da criação de agências especificamente dedicadas ao desenvolvimento.

Independentemente das boas vontades, o protagonismo que cada actor quis implementar gerou, quase sempre, a que os objectivos fossem muitas vezes definidos pelos doadores, à criação de dependências, à fragmentação de recursos e a que os resultados ficassem aquém dos esperados. Na última década, coordenados pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, os doadores têm dedicado muita da sua discussão teórica à problemática da eficácia da ajuda através de várias reuniões internacionais como a de Paris em 2006, Acra em 2008 e Busan em 2011 de onde ressaltam a importância da necessidade de coordenação entre os actores envolvidos nomeadamente com os emergentes países do Sul.

É evidente que a capacitação, não apenas dos indivíduos mas das instituições dos países receptores, parece ser a forma mais adequada de se dar um passo em frente no tocante a uma cooperação cada vez mais estruturante não só no sentido de saber “fazer” mas também de saber “planear” por forma a consolidar a sustentabilidade em cada um dos sectores e assim da sociedade.

São ainda apresentados resultados específicos na área da saúde não

só em termos de conferências internacionais, como indicadores específicos sobre a saúde em algumas das regiões em vias de desenvolvimento nomeadamente no que diz respeito à esperança de vida, à situação de desnutrição assim como para a importância que as políticas definidas por cada governo, poderão influenciar tais indicadores. O autor defende que é aqui, que até por “imperativos éticos”, a cooperação internacional deverá intervir para que, de um modo cada vez mais sustentável, conseguirmos alcançar um mundo cada vez mais equitativo. É este o desafio.

Reflexões finais

As crianças são um dos grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar. Se o défice de crescimento é um indicador importante deste problema, o compromisso do neurodesenvolvimento é uma consequência mais grave, podendo contribuir para hipotecar o pleno potencial humano de um país [5,6].

O movimento Scaling Up Nutrition criado recentemente criado por um pequeno mas empenhado grupo de políticos e nutricionistas procura combater a desnutrição galvanizando peritos em agricultura, saúde, protecção social e finança. Com cariz pragmático, este movimento não é movido pela retórica ou por posições políticas, mas pela produção de evidência e resultados práticos [7,8].

No combate à desnutrição infantil, há soluções relativamente simples e não muito onerosas, como a suplementação por rotina com ferro e ácido fólico a grávidas, a promoção da amamentação, a suplementação com vitamina A em crianças entre os seis meses e cinco anos, a desparasitação de crianças entre os doze meses e cinco anos, a fortificação de farinha de milho e trigo com ácido fólico ou ferro e o acesso à água potável [7,8].

Ainda há um longo caminho a percorrer, mas os resultados apresentados nesta Mesa Redonda são encorajadores e enquadram-se no caminho proposto pela recentemente constituída ESAN da CPLP [9,10].

Bibliografia

1. Sarmento F (2013). “Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP”. In: 2º Congresso Nacional de Medicina Tropical. Lisboa, Portugal (Abril 20-23). (http://congressomedtrop.ihmt.unl.pt/files/Livro_Resumos/index.html)
2. Tati MF (2013). A situação nutricional em Angola: desafios e perspectivas. In: 2º Congresso Nacional de Medicina Tropical. Lisboa, Portugal (Abril 20-23). (http://congressomedtrop.ihmt.unl.pt/files/Livro_Resumos/index.html)
3. Possolo E (2013). *Scaling up Nutrition* em Moçambique. In: 2º Congresso Nacional de Medicina Tropical. Lisboa, Portugal (Abril 20-23). (http://congressomedtrop.ihmt.unl.pt/files/Livro_Resumos/index.html)
4. Fonseca LE (2013). Cooperação internacional e a Segurança Alimentar e Nutricional. In: 2º Congresso Nacional de Medicina Tropical. Lisboa, Portugal (Abril 20-23). (http://congressomedtrop.ihmt.unl.pt/files/Livro_Resumos/index.html)
5. The Lancet (2008). Executive summary of The Lancet Maternal and Child Nutrition Series. URL: <http://www.who.int/pmnch/media/news/2013/nutrition.pdf>, acessado em 5/10/2013
6. Plano de acção multisectorial para a redução da desnutrição crónica em Moçambique 2011–2014 (2020). URL: http://www.who.int/nutrition/landscape_analysis/MozambiqueNationalstrategyreductionstunting_Portuguese.pdf, acessado em 5/10/2013
7. SUN (2012). SUN movement progress report 2011-2012. URL: http://scalingupnutrition.org/wp-content/uploads/2012/10/SUN-MP-REPORT_EN.pdf
8. SUN (2013). Scaling Up Nutrition: A Framework for Action. URL: http://www.unscn.org/files/Announcements/Scaling_Up_Nutrition-A_Framework_for_Action.pdf, acessado em 5/10/2013
9. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional - ESAN-CPLP. Parte I (2011). Enquadramento. URL: http://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/esan-cplp_enquadramento.pdf, acessado em 5/10/2013
10. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional - ESAN-CPLP. Parte II (2011). Visão Estratégica. URL: http://www.google.pt/url?sa=t&rc=t&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cplp.org%2FAdmin%2FPublic%2FDWSDownload.aspx%3FFile%3D%252FFiles%252FFiler%252FCplp%252FEstrategia%252FII_Visao_Estrategica%2B26%2B9%2B11.pdf&ei=yqE9UtlfjYiV7AafzoGoDQ&usq=AFQjCNHd3RNXUdH_iUOzg3HdpVfd5AZipw, acessado em 5/10/2013